

A teoria dos códigos linguísticos de Basil Bernstein e a questão da modalidade oral da língua

On the Basil Bernstein's theory of linguistic codes: the question of the oral modality of language

Claudiana Narzetti*
Ayene Nobre**

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de pesquisa, de caráter bibliográfico e histórico, que consistiu em um retorno à teoria dos códigos restrito e elaborado, do sociólogo da linguagem Basil Bernstein, elaborada para caracterizar as diferenças entre a linguagem da classe trabalhadora e a linguagem da classe média, bem como para explicar as implicações do domínio desses códigos para o sucesso escolar dos estudantes. A pesquisa justificou-se por se tratar de um tema atual, isto é, a discrepância entre a linguagem falada pelo estudante das classes populares e a linguagem falada na escola, que está na origem, ainda hoje, de problemas de aprendizagem de língua portuguesa no Brasil. O objetivo foi retornar à teoria dos códigos e, confrontando-a com os recentes adquiridos da linguística, inquirir se essa teoria pode, atualmente, oferecer elementos para elaboração de metodologias de ensino de língua materna. O ponto de vista escolhido foi o das reflexões recentes, elaboradas no campo da linguística, sobre as modalidades oral e escrita da língua. A pesquisa constatou que os códigos dos quais tratou Bernstein podem ser concebidos como usos linguísticos na modalidade oral com diferentes níveis de formalidade. Nessa perspectiva, as reflexões do autor inglês suscitam um trabalho mais intenso com a produção de textos orais nas aulas de língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia da linguagem. Basil Bernstein. Ensino de língua materna. Sociolinguística.

ABSTRACT: This paper presents research results that bring into play Basil Bernstein's constructs of restricted and elaborated codes. As postulated by this language sociologist, this theory is concerned with characterizing the differences between the language-use of the working-class child and the one of the middle-class child as well as accounting for the implications in mastering these codes for students' schooling failure and success. Dealing with a recent theme, this research focused on discussing the discrepancy between the language spoken by students belonging to working classes and the language spoken at school, which is, even today, the source of a large part of the problems generated in the teaching and learning process of Portuguese language. The aim of this work was to reinterpret the theory of the linguistic codes in the light of the recent codes deriving from Linguistics. Therefore, after a brief rebuilding of the theoretical context in which Bernstein developed the theory of the linguistic codes and an explanation of such theory, that reinterpretation was possible by means of reflections upon the oral and writing modalities of language and upon the texts produced based on these modalities.

KEYWORDS: Sociology of language. Basil Bernstein. Mother language teaching. Sociolinguistics.

* Professora Adjunta do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (Escola Normal Superior- Universidade do Estado do Amazonas).

** Aluna do curso de Pedagogia (Escola Normal Superior- Universidade do Estado do Amazonas).

1. Introdução

Neste artigo apresentamos resultado de uma pesquisa na qual buscamos reler a teoria do código restrito e do código elaborado, de Basil Bernstein, à luz das teorias linguísticas atuais. O intento foi verificar se as formulações do referido autor ainda podem embasar orientações metodológicas para o ensino de língua materna, uma vez que o trabalho do sociólogo é uma tentativa de compreender as causas do fracasso escolar dos estudantes da classe trabalhadora, atendo-se ao papel exercido pela linguagem.

O nome Basil Bernstein não é muito conhecido dos linguistas atuais, e não figura entre os autores de referência no campo da sociolinguística ou da linguística aplicada, especificamente nos trabalhos sobre ensino de língua portuguesa como língua materna. Por isso, iniciaremos este artigo fazendo uma rápida apresentação de Bernstein e do contexto em que desenvolveu suas pesquisas.

Basil Bernstein (1924-2000) foi um dos grandes sociólogos da educação e da linguagem da Inglaterra. Seus primeiros estudos superiores foram na área de economia e ciência política, porém seguiu carreira notável na área de educação no Instituto de Educação da University College, em Londres. Nessa área, tornou-se um nome incontornável durante certo tempo.

As publicações de Bernstein começaram em 1958 e desenvolveram-se continuamente até o final do século XX. Entre as várias publicações e edições, Bernstein revisou constantemente suas ideias, esclarecendo sempre que essa revisão era motivada pela relação entre o empírico e o teórico, presente no seu trabalho. A evolução das suas ideias aparece fundamentalmente em cinco volumes, referidos, no seu conjunto, como *Class, Codes and Control* (Cf. BERNSTEIN, 1971, 1973, 1975, 1990, 1996).

Suas formulações iniciais, notadamente a teoria dos códigos linguísticos, sobre a qual versa este trabalho, sofreram reformulações e desenvolvimentos ao longo desse período, marcado também por reflexões sobre uma diversidade de problemas.

Do ponto de vista do campo científico, o período de 1950-1960 marca a emergência da sociolinguística, tanto em países da Europa (Inglaterra, França) quanto da América (EUA). Ao longo dessas duas décadas três acontecimentos são decisivos: a) desenvolvimento de uma gama de pesquisas acerca das relações entre linguagem e sociedade (classes sociais ou grupos sociais); b) realização de um congresso na University of California (UCLA), que marca o registro de nascimento da sociolinguística; c) criação de revistas especializadas de

sociolinguística e organização de livros que compilavam trabalhos já realizados e auto-intitulados sociolinguísticos, bem como de manuais de introdução à sociolinguística.

Do ponto de vista socioeconômico, há diferenças entre a Inglaterra e os EUA, que inclusive, relacionam-se diretamente aos problemas investigados nas pesquisas sociolinguísticas aí empreendidas, a ponto de se poder falar em tradições. Conforme Marcuschi (1975), se os EUA eram marcados pelas diferenças sociais relacionadas às minorias étnicas, a Inglaterra era uma sociedade rigidamente estratificada do ponto de vista de classes econômicas, sendo marcada, por exemplo, por uma grande disparidade entre o nível de aproveitamento escolar dos estudantes de classe média e dos estudantes de classe trabalhadora. As pesquisas de Bernstein inserem-se plenamente na tradição de seu país.

A emergência do hoje já consolidado campo da sociolinguística é marcada por objetivos e referenciais teóricos um tanto diversos, conforme as tradições americana ou inglesa. O objetivo era elucidar um problema formulado ainda em termos muito genéricos: as relações entre “língua” e “sociedade”; em outras palavras, tratava-se de verificar em que medida e de que modo a estrutura e o funcionamento da sociedade determinam, ou pelos menos interferem, na estrutura, no funcionamento e na mudança da língua. O referencial teórico, por seu turno, constitui-se de nomes tais como: Boas, Sapir, Whorf, Bloomfield e Meillet, por um lado; e Vigotski, Luria, Durkheim e Marx, por outro. É com esse segundo grupo de referências que Bernstein diretamente dialoga. Ele também dialoga com seus contemporâneos (P. Hawkins, U. Oevermann, M. Halliday, dentre outros), que fornecem dados empíricos a partir dos quais deriva suas formulações. É o que abordaremos a seguir.

2. Código restrito e código elaborado: características morfosintáticas e semânticas

Durante alguns anos o fracasso escolar das crianças das camadas populares foi alvo de diversos estudos e pesquisas que chegaram à seguinte conclusão: a linguagem falada pelos estudantes da classe trabalhadora não era a mesma linguagem utilizada pela escola. A partir disso, Bernstein buscou compreender a relação causal entre classe social, linguagem e rendimento escolar, partindo dos dados concretos segundo os quais os estudantes da classe média obtinham, contrariamente aos da classe trabalhadora, êxito em sua vida acadêmica.

Em seus estudos e pesquisas, que se valeram, conforme veremos abaixo, de experimentos e formulações de estudiosos contemporâneos, o sociólogo da linguagem encontrou características gerais que, segundo ele, opunham diametralmente a linguagem da

classe trabalhadora e a linguagem da classe média. Daí deriva a teoria dos códigos linguísticos, o restrito e o elaborado.

Um dos experimentos de que Bernstein se valeu para chegar à tese de que há diferenças na linguagem de falantes da classe média e da classe trabalhadora foi a aplicação de testes de inteligência não-verbal e de inteligência verbal a dois grupos de jovens entre quinze e dezoito anos de idade, sendo parte dos jovens provenientes de classe média e parte proveniente de classe trabalhadora (estes últimos inclusive frequentavam a escola poucas vezes na semana devido ao trabalho). Conforme Bernstein, os resultados obtidos nesses testes comprovaram a vinculação dos códigos às classes sociais porque o grupo da classe média alcançou praticamente a mesma quantidade de pontos no teste verbal e no não-verbal, enquanto a classe trabalhadora obteve pontuação maior no teste não-verbal.

Segundo Soares (2002), o pensamento de Bernstein evoluiu durante toda sua produção intelectual, e alguns conceitos básicos de sua teoria vão sendo modificados e complementados a cada trabalho. Sendo assim, seus primeiros trabalhos enfatizam os aspectos lexicais e morfosintáticos na caracterização dos dois códigos, enquanto os posteriores voltam-se para os aspectos semânticos. Nesse percurso, há inclusive alterações na terminologia empregada: se, inicialmente, Bernstein emprega os termos “linguagem pública” e “linguagem formal”, logo em seguida, passa a empregar “código restrito” e “código elaborado”¹.

De acordo com Marcuschi (1975, p. 32), o uso do termo *código* não deve levar-nos a pensar que Bernstein está se referindo à língua enquanto sistema de regras (tal como a tratou Saussure, por exemplo), mas sim “à linguagem, à fala enquanto atividade concreta exercida pelos sujeitos falantes”. Conforme veremos na sequência, Bernstein tratou exatamente do *uso da língua em sua modalidade oral* em situações de comunicação. Nesse sentido, vale, desde já, esclarecer que o conceito de códigos linguísticos do autor inglês não se confunde com o de variedades linguísticas ou normas linguísticas, uma vez que, estas sim, são relacionadas à língua como código. O código restrito não é o mesmo que variedade popular e o código elaborado não é o mesmo que variedade culta da língua.

O “código restrito” se define pela “rigidez da sintaxe e pelo uso restrito das possibilidades formais de organização verbal. É uma forma de linguagem oral relativamente condensada, na qual determinados significados são restritos e a possibilidade de elaboração é

¹ Os termos aparecem em artigo de 1961 (Cf. BERNSTEIN, 1986). O primeiro par (linguagem pública e formal) é empregado em todo o artigo. O segundo par (código restrito e elaborado) é apresentado no seu Pós-Escrito.

reduzida” (BERNSTEIN, 1986, p. 137). Há ainda as seguintes características: sentenças curtas, gramaticalmente simples, quase sempre incompletas, sintaticamente pobres e na voz ativa; aplicação simples e repetitiva das conjunções (assim, então, porque); uso restrito de orações subordinadas; incapacidade para manter um assunto formal em uma sequência oral, facilitando o surgimento de um conteúdo informativo desorganizado; uso rígido e limitado de adjetivos e advérbios; uso frequente de declarações nas quais os motivos e a conclusão se confundem e produzem uma afirmação categórica; grande número de afirmações que indicam a necessidade de um reforçamento da sequência oral anterior: “Não seria? Não é? Sabe? etc.”; ocorrência frequente de sequências e expressões idiomáticas (provérbios, frases feitas); uso largo de linguagem não-verbal (gestos, expressões faciais).

Já o “código elaborado” é aquele no qual “as possibilidades formais e a sintaxe são muito menos previsíveis e as possibilidades formais de organização da sentença são usadas para esclarecer o significado e torná-lo explícito” (BERNSTEIN, 1986, p. 138). Apresenta, ainda, estes traços: sentenças gramaticalmente complexas, com ordem gramatical e sintaxe precisas; uso variado de conjunções e orações subordinadas; uso frequente de preposições que indicam relações lógicas, bem como de preposições que indicam contiguidade temporal e espacial; uso variado de adjetivos e advérbios; uso variado de pronomes.

Como se vê, são características, conforme esclarece Soares (2002), mais lexicais e sintáticas. Um acréscimo importante é feito alguns anos depois para a definição dos dois códigos, acréscimo esse que leva em conta aspectos semânticos. Conforme Bernstein (1982), haveria duas formas diferentes de uso da linguagem num mesmo contexto. Na primeira forma “[...] os significados são libertados do contexto e, assim, compreensíveis por todos” (BERNSTEIN, 1982, p.25); são significados “universalistas”. Na segunda, “[...] os significados estão intimamente ligados ao contexto e só seriam inteiramente compreendidos por outras pessoas, se estas tivessem acesso ao contexto que originariamente gerou o discurso” (BERNSTEIN, 1982, p.25); portanto, são “particularistas”.

Essas conclusões do estudioso foram derivadas de um outro experimento, aplicado por seu contemporâneo Peter Hawkins. Conforme explicita Bernstein (1982), o experimento consistiu em apresentar a dois grupos de crianças de cinco anos de idade, formados em função do critério classe social, uma história em quadrinhos muda, composta por quatro cenas que deveriam ser contadas oralmente pelas crianças ao pesquisador. Na primeira imagem há garotos jogando futebol; na segunda, uma bola parte a janela de uma casa; na terceira, vê-se um homem

fazendo um gesto ameaçador; e na quarta cena, uma mulher olha pela janela enquanto os meninos fogem.

Conforme o pesquisador citado, o texto típico apresentado pelas crianças da classe média foi o seguinte:

Três rapazes estão a jogar futebol e um rapaz chuta a bola e ela atravessa a janela a bola parte a janela e os rapazes estão a olhar para a ela e um homem aparece e grita com eles porque partiram a janela por isso eles fogem e depois aquela senhora olha pela janela e ralha com os rapazes.

Já o texto tipicamente construído pelas crianças da classe trabalhadora foi o seguinte:

Eles estão a jogar futebol e ele chuta-a a bola e ela vai por ali e parte a janela e eles estão a olhar para a ela e ele aparece e grita com eles porque a partiram por isso eles fogem e depois ela olha pra fora e ralha com eles.

Bernstein (1982, p. 24) destaca que a primeira história contém treze substantivos e seis pronomes, enquanto a segunda contém uma proporção inversa: dois substantivos e quatorze pronomes. Na produção do grupo das crianças de classe trabalhadora, a quantidade grande de pronomes não relacionados a um nome antecedente no interior do texto saturando seu sentido marcaria um texto preso ao contexto de produção. A diferença entre os dois grupos é que o primeiro compreendeu que o contexto lhe pedia a explicitação dos significados por meio da linguagem, enquanto o segundo grupo não. Dessa forma, a linguagem da classe trabalhadora (código restrito) é presa ao contexto, contendo significados particularistas, enquanto a linguagem da classe média (código elaborado) é liberada do contexto, contendo significados universalistas.

Até aqui reproduzimos a descrição dos dois códigos em tela. Resta agora apresentarmos como o autor em tela explica a sua origem.

3. Código restrito e código elaborado: relações causais entre linguagem, família e classes sociais

A tese de Bernstein (1986, 1982) é que o fator determinante para o desenvolvimento dos códigos seria as formas diferentes de socialização que a criança recebe no ambiente familiar. Isto é: haveria formas de socialização distintas nas famílias de classe média e nas famílias de

classe trabalhadora, e essas formas de socialização estariam diretamente relacionadas à aquisição ou de ambos ou de apenas um dos códigos (Bernstein sustenta que os indivíduos de classe média dominam os dois códigos, enquanto os indivíduos de classe trabalhadora dominam apenas o código restrito).

Em suas reflexões, o autor salienta a importância do tipo de organização das famílias, que, segundo ele, são basicamente de dois tipos: a família posicional e a família pessoal. Na família posicional, as regras e decisões estão centradas na posição que o membro ocupa na família (pai, mãe, filho, avó, neto). As diferenças individuais são fracas e se baseiam na autoridade. Consequentemente, a comunicação se realiza por meio do código restrito. Diferentemente, na família pessoal, as decisões e os julgamentos estão direcionados às qualidades psíquicas da pessoa, independentemente da posição que ocupa na família. Nessa relação, a comunicação é aberta e predomina o uso do código elaborado.

As crianças de famílias de classe trabalhadora (cujo tipo seria o da família posicional) não são estimuladas a verbalizarem seus pensamentos e sentimentos, portanto aprendem uma linguagem cujos significados ficam implícitos e dependentes do contexto em que a comunicação é efetivada. Já as crianças oriundas da classe média (cujo tipo de família seria o da família pessoal) são estimuladas a verbalizarem suas subjetividades muito cedo, usando a linguagem para esclarecer e explicitar os significados e sentimentos.

Em suma, o que vai influenciar decisivamente para o desenvolvimento de um dos códigos é o meio social, ou seja, as formas de socialização que a criança recebe no seio familiar. Na classe média e no tipo de família que a caracteriza, isto é, a família pessoal, predomina a forma de socialização que orienta a criança para significados universalistas e, portanto, leva à aquisição do código elaborado. Pelo contrário, na classe trabalhadora e no tipo de família que a caracteriza, ou seja, a família posicional, predomina a forma de socialização que direciona a criança para significados universalistas e consequentemente, leva à aquisição do código restrito. Para exemplificar os modos diferentes de socialização recebidos no meio familiar, Bernstein (1986, p.142) cita um *possível* diálogo entre mãe e filho dentro de um ônibus. O primeiro diálogo é o seguinte:

Mãe: Segure firme, querido.

Criança: Por quê?

Mãe: Se você não segurar, vai ser jogado para a frente e vai cair.

Criança: Por quê?

Mãe: Porque se o ônibus para de repente, você vai ser jogado no banco da frente.

Criança: Por quê?

Mãe: Agora, querido, segure firme e não crie caso.

Segundo diálogo:

Mãe: Segure firme.

Criança: Por quê?

Mãe: Segure firme.

Criança: Por quê?

Mãe: Você vai cair

Criança: Por quê?

Mãe: eu mandei você segurar firme, não mandei.

No primeiro diálogo, a mãe explica a regras gerais ente o fato, suas causas e suas consequências, isto é, a criança é conduzida à universalização do fato. Porém, no segundo diálogo, a mãe considera apenas o fato, sem relacioná-lo com os princípios gerais, sem explicitar verbalmente as causas e consequências, que ficam implícitas.

De acordo com Soares (2002, p. 27), Bernstein compreende que esses diálogos caracterizam um tipo de interação habitual que ocorre entre mães e filhos de cada classe, isto é, as mães da classe média usam a linguagem para explicitar os princípios gerais na socialização de seus filhos; a linguagem é usada intensamente levando a criança a transcender o contexto, e orientando a criança para significações universalistas. Diferentemente, as mães da classe trabalhadora, usam pouco a linguagem durante a socialização dos seus filhos, e deixam os significados implícitos; assim a criança é orientada para significações particularistas.

A teoria dos códigos linguísticos de Bernstein obteve uma ampla e rápida aceitação. Ela inclusive se tornou a base para projetos que depois ficaram conhecidos como voltados a uma “educação compensatória”: se as crianças de classe trabalhadora dominavam apenas o código restrito, então seria necessário proporcionar a elas, nos primeiros anos escolares, um ensino que lhes fornecesse aquilo de que tinham necessidade. Foi desse modo que o sociólogo da linguagem se viu reduzido a um teórico do *déficit linguístico* (SOARES, 2002).

Tais críticas receberam respostas do autor, voltadas, sobretudo, a um esclarecimento importante: apesar de suas diferenças, nenhum dos códigos é inferior (ou superior) ao outro. Se, de saída, o código restrito poderia ser concebido como inferior ao elaborado, na verdade: “Se um código é restrito, isso não significa que a criança seja não-verbal, nem que seja num sentido técnico, linguisticamente carente, pois possui a mesma compreensão tácita do sistema

de regras linguísticas de qualquer outra criança” (BERNSTEIN, 1982, p. 27). Trata-se efetivamente de formas de uso da linguagem que estão mais ou menos presos ao contexto.

No entanto, do ponto de vista do desempenho na escola, os códigos exercem papéis diferenciados. Os estudantes que não dominam o código elaborado estão mais propensos a desempenhos insatisfatórios. E isso porque:

A escola se ocupa necessariamente da transmissão e do desenvolvimento de ordens de significação universalistas. A escola ocupa-se em tornar explícitos – e em elaborar através da linguagem – os princípios e operações que se aplicam a objetos [...] e a pessoas [...]. O primeiro grupo de crianças [da classe média] através de sua socialização, já é sensível às ordens simbólicas da escola ao passo que o segundo [da classe trabalhadora] é muito menos sensível às ordens universalistas da escola. (BERNSTEIN, 1982, p. 26-7)

Em suma, não haveria uma inferioridade intrínseca ao código restrito; na verdade, ele seria igualmente rico em possibilidades de comunicação e relação interpessoal. O problema estaria na disparidade entre o código restrito, dominado pelos estudantes de classe trabalhadora, e o código elaborado utilizado na escola (que, vale destacar, representa os valores da(s) classe(s) dominante(s)).

4. A teoria dos códigos linguísticos revista à luz de teorias linguísticas atuais

Conforme dissemos no início deste artigo, nossa pesquisa tinha por objetivo repensar a teoria dos códigos linguísticos de Bernstein à luz dos atuais desenvolvimentos da ciência linguística, uma vez que o problema ao qual o sociólogo da linguagem buscou responder continua existindo: a disparidade entre a linguagem falada pela escola e a linguagem falada pelos estudantes provindos de classes trabalhadoras/exploradas.

Partimos, então, da problemática da oralidade, que nos parece ser um dos pontos centrais das reflexões de Bernstein acerca dos códigos acima mencionados, apesar de essa problemática não ter sido efetivamente abordada por ele. As características dos códigos restrito e elaborado dizem respeito a textos orais, e não a textos escritos, conforme lembra o próprio Bernstein (1986).

A caracterização da oralidade proposta no campo dos estudos linguísticos, inicialmente, fez-se a partir do parâmetro da escrita. Nessa perspectiva, a modalidade oral e a modalidade

escrita da língua foram definidas como dicotômicas, ou seja, opostas, antagônicas². Sendo assim, a oralidade foi considerada “o lugar do erro, do caos gramatical e a escrita como o lugar da norma e do bom uso da língua” (MARCUSCHI, 2001, p. 28).

Vejam como a perspectiva dicotômica caracterizou essas duas modalidades da língua. A fala seria: dependente do contexto de comunicação imediato; informal; não-planejada; permeada por implícitos; fragmentada; imprecisa; redundante; não-normatizada. A escrita, ao contrário, seria: independente do contexto; formal; planejada; explícita; precisa; condensada; normatizada (MARCUSCHI, 2001).

O resultado dessa oposição foi que os textos orais foram comumente concebidos como inferiores aos escritos, já que naqueles estavam ausentes todos os traços considerados positivos dos textos (vale ressaltar: os traços positivos eram os do texto escrito, e conforme seu funcionamento).

A perspectiva dicotômica sofreu diversas críticas, principalmente aquela que toma por base o fato de que ela se atém ao produto final da linguagem, não levando em consideração uma série de fatores relacionados ao processo de produção dos textos, tanto orais quanto escritos.

A abordagem das modalidades oral e escrita da língua a partir do processo de produção dos textos e não mais do produto (isto é, do uso da língua e não do código linguístico) deu origem ao que hoje se pode chamar de perspectiva do *continuum tipológico* entre oralidade e escrita (BIBER, 1988). Conforme essa perspectiva, não existe uma oposição entre as duas modalidades, mas um *continuum* em cujas extremidades estão, de um lado, os textos orais, espontâneos e informais e, de outro, os textos escritos, planejados e formais. Entre estes, haveria uma infinidade de muitos outros, tais como os textos orais formais e planejados e os textos escritos informais e espontâneos. Traços como planejamento, informalidade e coesão não seriam exclusivos de nenhuma das modalidades, mas típicos de certos gêneros de textos em uma e outra modalidade.

O grande avanço dessa perspectiva está em desmistificar a oralidade enquanto reino do caos e da ausência de norma e recolocá-la em seu devido lugar, colocando-a em pé de igualdade

² Vale destacar que já em 1916, Ferdinand de Saussure, fundador da linguística científica, defendia a necessidade de colocar a oralidade em primeiro plano no estudo da língua, explicitando, inclusive, os mecanismos que puderam levar a se considerar a escrita como superior. Foram necessários algumas décadas até que os linguistas passassem a levar a fundo uma concepção desse tipo, ainda que não necessariamente tomando por base o referido estudioso da linguagem.

à escrita em termos de qualidades. Por exemplo, os textos orais, se considerados do ponto de vista de sua produção, também apresentam elementos de coesão e de coerência. Estes são, entretanto, de natureza distinta daqueles do texto escrito. A repetição de palavras e de ideias funciona antes como elementos de coesão e de coerência do que como defeitos do texto oral.

Conforme Marcuschi (2001), as concepções de Bernstein acerca dos códigos linguísticos se enquadrariam na perspectiva da dicotomia entre oralidade e escrita. Porém tal afirmação precisa ser repensada à luz das seguintes constatações: a) Bernstein trata apenas de textos orais; e b) apresenta como traços do código elaborado certas características tidas pela perspectiva dicotômica como exclusiva dos textos escritos (o que seria contraditório por princípio).

De nosso ponto de vista, ainda que Bernstein pareça comungar implicitamente da ideia de que os textos escritos são superiores aos orais, não se pode assimilar a teoria dos códigos a nenhuma das perspectivas acima mencionadas. No entanto, pode-se perfeitamente reler/reinterpretar essa teoria a partir da segunda perspectiva, a do *continuum* tipológico.

O ponto de partida pode ser a tese de que no interior da oralidade há um escala de formalidade, segundo a qual há textos altamente formais, textos menos formais e textos coloquiais distensos (Cf. BEZERRA, 1997). E esses textos podem ser tanto orais quanto escritos, isto é, pode haver uma escrita informal e uma fala formal. Haveremos de considerar, sobretudo, que “as diferenças formais existem muito mais em função de gênero de registro do que em função de modalidade” (TANNEN *apud* KATO, 1987, p.25). Os códigos restrito e elaborado, dizendo respeito a usos orais da língua, poderiam ser encarados então como usos no interior dessa escala de formalidade: o primeiro estaria próximo de uma escala baixa de formalidade e o segundo próximo de uma escala mais alta. Para isso, retomaremos os traços dos códigos apresentados por Bernstein e os confrontaremos com recentes formulações construídas a partir da tese do *continuum*.

Dentre as características dos códigos apresentadas por Bernstein está o fator *planejamento verbal*. No código restrito, a função de planejamento verbal “é diminuída [...] frequentemente gera muita desorganização nas sequências verbais. Os pensamentos são ligados de uma maneira semelhante ao enfiar contas numa armação, ao invés de seguir uma sequência planejada” (BERNSTEIN, 1986, p. 140). Essa função está diretamente relacionada a outro fator: a *organização* da sequência verbal e do conteúdo nela expresso. No código restrito haveria uma “incapacidade para manter um assunto formal através de uma sequência oral; isto

facilita o surgimento de um conteúdo informativo desorganizado” (BERNSTEIN, 1986, p. 138). Isso se deveria ao fato de não ter havido um planejamento prévio. Essa desorganização lógica seria notável na forma concreta adquirida, por exemplo, pelas frases e orações – conforme dito anteriormente, elas são curtas, truncadas, “de sintaxe rígida”.

A partir da abordagem do *continuum* entre oralidade e escrita, Ochs (*apud* KATO, 1987) propõe a existência de textos planejados e de textos relativamente não-planejados. Esses dois tipos abrangem tanto produções orais quanto produções escritas: isto é, haveria textos orais planejados e textos orais relativamente não-planejados. Estes últimos teriam como características exatamente aquelas apontadas por Bernstein para o código restrito: são dependentes do contexto, marcados por repetição lexical e têm menor variação de forma e conteúdo. A vantagem da proposta de Ochs é que ali não se encontra uma dicotomia que vê na oralidade unicamente a ausência de planejamento. Com base nessa proposta, poderíamos entender o código elaborado como dizendo respeito a textos orais planejados e o código restrito a textos orais relativamente não-planejados. Outra vantagem dessa proposta é conceber que a relativa falta de planejamento não é um defeito, uma carência, mas sua forma de funcionamento e estruturação determinada pela situação de interação comunicativa e seus demais fatores.

Nesse sentido, o outro traço, o *conteúdo informativo desorganizado* lógica e gramaticalmente, que marcaria o código restrito, também perde poder heurístico. Quando observada a situação de interação comunicativa, os aspectos que parecem caracterizar uma desorganização são definidos não como tais, mas como elementos relacionados diretamente ao alcance dos objetivos da comunicação (alertar, convencer, informar, persuadir o destinatário, manter sua atenção, etc.); eles são também efeito, por exemplo, da influência que a imagem que o locutor tem do interlocutor tem sobre o modo como se constrói o texto (escolha de palavras, interrupções da frase para reiniciar de outra forma).

Outro traço que opõe os códigos restrito e elaborado, conforme Bernstein, é a *dependência do contexto*. O primeiro seria dependente do contexto, e conseqüentemente permeado de implícitos, enquanto o segundo seria independente, liberado do contexto, e conseqüentemente, explícito, detalhado. Estudos posteriores revelaram, diferentemente, que todos os textos são dependentes do contexto em maior ou menor grau, e nunca independentes (TANNEN *apud* KATO, 1987). Poderíamos dizer, então, que o código restrito se apresentaria como um texto oral mais dependente do contexto, o que mais uma vez confirmaria que se encontra num ponto da escala de formalidade mais próximo dos níveis de menor formalidade.

Também a característica da *repetição* de palavras e ideias foi apresentada por Bernstein como opondo os dois códigos por ele descritos. O elaborado seria marcado por pouca repetição, com mais variação lexical e de estruturas sintáticas, enquanto o restrito seria marcado por muita repetição e rigidez das palavras e estruturas sintáticas empregadas. De fato, isso parece se confirmar: textos mais espontâneos, menos planejados, tendem a apresentar maior repetição do que os mais planejados (orais, lembramos). O que gostaríamos de destacar aqui é o fato de que os estudos linguísticos recentes mostraram que a repetição é uma estratégia complexa do texto oral, a qual exerce o papel de “contribuição para a organização do discurso e manutenção da coerência textual” (FÁVERO *et al*, 2002, p. 61). Não raras vezes, a repetição é uma estratégia evidente de persuasão. A repetição, assim, deixa de ser tomada como mera evidência de falta de *elaboração* do texto produzido.

O teórico também enfatizou que no código restrito predominam *os recursos não-verbais* enquanto no código elaborado predomina a verbalização. Contudo, conforme Fávero, Andrade e Aquino (2002, p. 44), “Os marcadores não-linguísticos ou paralinguísticos como, por exemplo, o riso, o olhar, a gesticulação, exercem uma função fundamental na interação face a face, na medida em que estabelecem, mantêm e regulam o contato entre os participantes[...]”. Os recursos paralinguísticos e não-linguísticos, além disso, são elementos de coesão dos textos orais. Desse modo, os recursos não-verbais fazem parte da oralidade, principalmente quando se trata da conversação, caracterizando-se como mais um dos elementos que atribuem riqueza e complexidade ao uso oral da língua, complementando e mesmo alterando o sentido do que se diz verbalmente. A quantidade reduzida de verbalização no código restrito não poderia, portanto, ser encarada de antemão como marca de pouca elaboração, mas como um tipo diversificado de elaboração da mensagem produzida durante a interação comunicativa.

Bernstein, a sua época, tendeu a considerar apenas o produto, isto é, o texto produzido por estudantes das classes média e trabalhadora, deixando na sombra todos os fenômenos do processo de produção do texto que interferem na configuração final do texto. A inclusão desses fatores poderia levar a resultados mais amplos acerca do problema investigado.

Como dissemos anteriormente, se partíssemos da perspectiva da *dicotomia* entre oralidade e escrita, diríamos que Bernstein encontrou no código restrito características do texto oral e no código elaborado características do texto escrito, fazendo assim uma associação simples entre código restrito/texto oral e entre código elaborado/texto escrito.

Porém, como partimos da perspectiva do *continuum*, nossa estratégia foi reconsiderar a teoria dos códigos linguísticos à luz da questão da *formalidade* dos textos (de qualquer modalidade). Conforme essa perspectiva, tanto no texto escrito quanto no texto oral há graus de formalidade, de organização e de planejamento. Por isso, ao levarmos em consideração essa visão, parece-nos ser possível associar o código restrito a um texto de baixo nível de formalidade, organização e planejamento, e o código elaborado como um texto com grau mais alto desses mesmos elementos. Desse modo, a oposição entre os dois códigos poderia ser reinterpretada como uma diferença de níveis de formalidade, organização e planejamento no texto oral da classe média e da classe trabalhadora.

O que dissemos até aqui não coloca em cheque a tese de Bernstein de que há diferenças entre a linguagem das classes média e trabalhadora. O que dissemos é que, a partir da teoria dos níveis de formalidade do texto falado, a classe média domina o uso dos textos orais formais e informais, enquanto a classe trabalhadora domina apenas o uso dos textos orais informais, isto é, aqueles típicos das situações de comunicação do cotidiano (mais espontâneos, relativamente não planejados, com menos verbalização).

Permanece, assim, a diferença. Bernstein explicou essa diferença por meio do conceito de socialização na família – para ele, as formas de socialização seriam determinantes para o domínio de ambos ou de apenas um dos códigos. Como se vê, há uma associação simples entre classe social e código linguístico. Porém, se considerarmos um segundo fator determinante, mais estrito do que o de classe social, talvez tenhamos outro elemento para problematizar e entender as diferenças entre as formas de linguagem dominada pelos falantes de classes diversas. Trata-se do fator *letramento*.

5. O letramento – código elaborado como efeito de práticas letradas

Brown (*apud* KATO, 1987) distingue dois tipos de fala. O primeiro tipo é a fala pré-letramento (anterior à experiência da escrita) e o segundo tipo é a fala pós-letramento (posterior à experiência da escrita). Inicialmente, a fala influencia a escrita, de modo que o texto escrito é uma imitação do texto oral; posteriormente a escrita influencia a fala (principalmente quanto à formalidade), de modo que aquilo que se chama de fala-padrão pode ser considerado como uma simulação do texto escrito.

Segundo Kato (1987, p. 22), as diferenças entre os códigos que Bernstein atribuiu a classe social pode ser explicada pelo “nível de letramento da comunidade em que a criança está

inserida. Assim crianças de classe humilde, mas de pais letrados, podem revelar um desempenho linguístico com as características preconizadas para o código elaborado”.

Bernstein não considerou o nível de letramento típico das classes sociais que ele cotejou, visto que geralmente a classe média é mais letrada (porque é mais escolarizada) e a classe trabalhadora é menos letrada (porque menos escolarizada).

De acordo com isto, percebe-se que Bernstein não considerou o grande papel e o modelo que a escrita exerce nos textos orais que são produzidos por aqueles que se inserem em práticas letradas. Sendo assim, o indivíduo com alto nível de letramento, diferentemente daquele que possui baixo nível de letramento, tem mais facilidade de pôr em prática as habilidades da escrita no texto oral, visto que possui um maior conhecimento sobre a língua escrita e os seus usos.

Bernstein usou dois critérios na composição do código restrito e do código elaborado. O primeiro é linguístico, isto é, as características linguísticas gerais de cada código; o segundo, extralinguístico, ou seja, a classe social a que as crianças pertencem. Ele não considerou um terceiro critério, intermediário, também de natureza extralinguística, que liga os outros dois – o fator escolarização/letramento. O terceiro critério é importante quando se pensa nas possibilidades de um falante de classe trabalhadora vir a dominar o código elaborado ou textos mais formais, uma vez que uma determinação de classe não poderia ser superada.

6. Considerações finais

Neste trabalho, buscamos reler a teoria do código restrito e do código elaborado à luz das teorias linguísticas atuais para verificar se a obra de Bernstein ainda pode embasar orientações metodológicas para o ensino de língua materna, uma vez que o trabalho do sociólogo é uma tentativa de compreender as causas do fracasso escolar dos estudantes da classe trabalhadora, atendo-se ao papel exercido pela linguagem.

Partindo dos estudos mais recentes acerca das relações entre oralidade e escrita, notadamente a perspectiva do *continuum* entre as duas modalidades, consideramos que não seria inadequado reinterpretar o código restrito como dizendo respeito a textos orais menos formais e o código elaborado como relativo a textos orais mais formais. E, além disso, que seria de grande relevância encarar os traços dos textos orais menos formais/código restrito não como defeitos, mas como características inerentes a seu funcionamento.

A partir disso, pudemos argumentar, com base nos estudos linguísticos atuais apresentados neste trabalho, que a formalidade ou a ausência dela nos textos orais, é derivada

da influência do texto escrito na oralidade, ou seja, varia de acordo com o nível de letramento do indivíduo. Sendo assim, as características do texto escrito estariam mais presentes no texto oral da classe média, uma vez que esta classe está mais inserida em práticas letradas (inclusive por ser mais escolarizada). Já a classe trabalhadora teria uma linguagem marcada pela informalidade porque está bem menos inserida em práticas letradas em comparação com a outra classe.

Apesar de muitas diferenças apontadas por Bernstein poderem ser concebidas de outra maneira pela linguística atual, não podemos negar que as diferenças existem e atrapalham o desempenho dos estudantes de classe trabalhadora e comprometem toda a sua trajetória escolar. Segundo o próprio Bernstein, esses problemas decorrem do confronto de códigos, visto que a escola utiliza o código elaborado, não dominado pelos estudantes da classe trabalhadora desconhecem.

Conforme o autor, a escola rejeita a experiência do estudante na tentativa de transformá-la, o que ocasiona o seu fracasso escolar. Para o sociólogo da linguagem “o professor tem que ser capaz de compreender o dialecto da criança, em vez de procurar deliberadamente transformá-lo.” (BERNSTEIN, 1982 [1970], p. 29). Bernstein propõe que a escola valorize a linguagem dominada pelo estudante e proporcione condições para que ele aprenda a utilizar o código elaborado. Em relação ao ensino, o autor afirma que “o objetivo deveria ser preservar a estética e a dignidade inerente à sua linguagem, sua poderosa franqueza e vitalidade mas oferecer-lhe as possibilidades inerentes à linguagem formal (código elaborado)” (BERNSTEIN, 1986, p. 146).

Nessa mesma perspectiva, Travaglia (2002, p. 39) afirma que o *ensino produtivo* é o mais adequado em relação ao ensino de língua materna, uma vez que “objetiva ensinar novas habilidades linguísticas”, sem que isso implique alterar a linguagem que o estudante já adquiriu de maneira espontânea, mas propiciar uma ampliação dos recursos linguísticos dominados.

Desse modo, o ensino de língua portuguesa pode atuar de forma positiva diante dessas diferenças e suas conseqüências para os estudantes de classe trabalhadora, pois não se trata de negar e nem anular a linguagem dos alunos, mas de propiciar o desenvolvimento de sua capacidade comunicativa, o que implica a aquisição de novas habilidades linguísticas que devem ser somadas às experiências linguísticas, e nunca direcionadas a substituir formas mais espontâneas já dominadas.

Partindo do pressuposto de que os códigos restrito e elaborado dizem respeito a usos orais da língua, o ensino de língua portuguesa deve favorecer o desenvolvimento pelos alunos, de habilidades linguísticas na modalidade oral, pois muitas vezes, o texto escrito é ensinado em detrimento do texto oral, como se apenas o domínio da escrita fosse garantia do êxito escolar dos alunos. Não estamos afirmando que o texto escrito não deve ser estudado durante o ensino de língua portuguesa, mas que o texto oral deve ser enfatizado de igual modo.

De acordo com o exposto, podemos concluir que as aulas de língua portuguesa podem colaborar com um ensino produtivo por meio da ênfase no trabalho não somente com textos escritos, mas também com textos orais. Em primeiro lugar, deve-se enfatizar o texto escrito (em seus diversos gêneros), isto é, a leitura e a produção de textos, a fim de elevar o nível de letramento dos alunos, uma vez que, de acordo com Kato (1987), a escrita mais formal é um modelo para o desenvolvimento da oralidade mais formal. Quer dizer, quanto maior o nível de letramento do aluno, maior é a tendência de sua fala ser regulada pela escrita. Dessa forma, ensino de língua portuguesa deve estar pautado na exploração dos textos escritos.

Em segundo lugar, as aulas de língua portuguesa devem dar mais ênfase ao trabalho com textos orais e seus graus de formalidade, para que o aluno tenha disponível uma variedade de recursos da língua e aprenda a utilizá-los com mais cuidado e monitoramento, visando uma aproximação cada vez maior com a norma padrão e os usos formais da língua. Nesse sentido, é de grande relevância o que defende Bezerra (1997) acerca do uso da oralidade em sala de aula: este último não deve ficar restrito aos momentos de explicação do texto pelo professor.

Desse modo, atividades que proporcionem um contato maior com textos orais mais formais podem favorecer ao aluno a apropriação do chamado código elaborado (texto oral mais formal).

Nossa reflexão não quis configurar-se como uma via de mão única – a linguística sendo o ponto de vista para uma releitura das formulações de Bernstein. Sendo assim, é necessário frisar que a reflexão de Bernstein também pode chamar a atenção, especialmente da sociolinguística, para a investigação dos fenômenos textuais que são característicos das diferentes classes e dos diferentes grupos sociais. A sociolinguística alcançou grandiosos resultados descrevendo a imensa variação linguística no domínio do código (variações fonológicas, lexicais e sintáticas), mas ainda não se debruçou sobre os fenômenos superiores à frase, tais como o texto.

Referências bibliográficas

BERNSTEIN, B. **Pedagogy, symbolic control and identity**: theory, research, critique. Londres: Taylor and Francis, 1996.

_____. **Class, codes and control**: The structuring of pedagogic discourse. Londres: Routledge. 1990. v.4.

_____. Estrutura social, linguagem e aprendizagem. In: PATTO, M. H. S. (org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986. p. 129-151.

_____. A educação não pode compensar a sociedade. In: GRÁCIO, S; STOER, S. (orgs.) **Sociologia da Educação**, V. II: A construção social das práticas educativas. Lisboa: Horizonte, 1982. p. 19-31.

_____. **Class, Codes and Control**: Towards A Theory Of Educational Transmissions. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1975. v.3. **crossref**
<http://dx.doi.org/10.4324/9780203011430>

_____. **Class, Codes and Control**: Applied Studies towards a Sociology of Language. London: Routledge and Kegan Paul, 1973. v.2.

_____. **Class, Codes and Control**: Theoretical Studies towards a Sociology of Language. London: Routledge and Kegan Paul, 1971. v.1. **crossref**
<http://dx.doi.org/10.4324/9780203014035>

BEZERRA, M. A. Padrões de oralidade presentes na explicação de textos na sala de aula. **Linguagem e Ensino**, Campina Grande, n. 2, p. 27-38, mai. 1997.

BIBER, D. **Variation across speech and writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511621024>

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KATO, M. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1987.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Linguagem e classes sociais**: introdução à teoria dos códigos linguísticos de Basil Bernstein. Porto Alegre: Movimento; Editora da URS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Artigo recebido em: 26.10.2015

Artigo aprovado em: 18.02.2016